



P. A. nº MPPR-0046.17.065502-4

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROGRAMA PARANÁ SEGURO-BID

Aos 24 de abril de 2018, às 19h15min, nas dependências do auditório do Edifício-sede do Ministério Público do Paraná, localizado na Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, Curitiba-PR, tiveram início os trabalhos da audiência pública "PROGRAMA PARANÁ SEGURO\|BID - ref. Contrato de Empréstimo nº 3137-OC-BR, firmado entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID: obras, aquisições e ações", sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Swami Mougenot Bonfim, em exercício na Promotoria de Justiça das Comunidades. PARTICIPANTES: Assinalou-se a presença da comunidade, sociedade civil organizada e autoridades locais, conforme lista em anexo. Foram notificados: 1. integrantes do Escritório de Projetos do Programa Paraná Seguro-BID: a) Coordenador-Geral, Jorge Ricardo Souza de Oliveira, RG n. 14.360.490-0-SSPPR; b) Coordenador-Adjunto, Ivan Ricardo Fernandes, RG n. 6.393.252-3|PR; c) Coordenador de Projetos do Componente 1, Oliveira Orlandi Junior, RG n. 7.752.386-3|PR; d) Coordenador de Projetos do Componente 2, Leslie Terezinha Canestraro Skroch, RG n. 4.130.154-6-PR; e) Coordenador Administrativo-financeiro do Componente 1, Ébio Luiz Machado, RG n. 10.271.795-3|PR; f) Coordenador Administrativo-financeiro do Componente 2, Rhomullo Raity de Lima Furman, RG n. 10.535.306-5; g) Assessor Jurídico, Procurador do Estado, Dr. Vinícius Klein, RG n. 5.732.132-6. 2. Secretaria Estadual do Planejamento e Coordenação Geral, Sr. Nestor Bragagnolo, Coordenador de Desenvolvimento Governamental. Após os agradecimentos iniciais realizados por esta Assessora, a palavra retornou à Presidente que destacou a presença da equipe do Escritório de Projetos do Programa Paraná Seguro/BID, bem como a do Procurador de Justiça, Dr. Claudio Rubino Zuan Esteves, Coordenador do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP, importante órgão criado no âmbito do Ministério Público do Paraná em fevereiro do corrente ano, pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Ivonei Sfoggia), que é particularmente muito preocupado com a questão da segurança pública no Estado do Paraná. Falou, ainda,



da honrosa presença do Dr. Cláudio. Assim, o Procurador de Justiça, Dr. Cláudio, agradeceu pelas palavras e informou que sua presença era para representar o Procurador-Geral de Justiça, que solicitou que fosse transmitido aos participantes seus cumprimentos e o desejo de boas-vindas à casa do Ministério Público. Destacou que o Ministério Público é muito preocupado com a questão da segurança, e sobre a importância de inserir essas discussões no âmbito da sociedade para o exercício pleno da cidadania; exemplificou, citando algumas áreas, como da saúde, educação, assistência social, que passaram, em determinado período histórico do Brasil, a ter uma participação social ativa pelas representações mais variadas, mais comum por meio dos Conselhos, que interagem e interferem decisivamente na política, porém, que no âmbito da segurança pública, este mesmo modelo não é replicado na mesma extensão e no mesmo vigor, por isso a importância de desenvolver essa participação. Parabenizou a iniciativa da Promotoria das Comunidades, na pessoa da Dra. Swami, bem como do Dr. Régis que também estava presente, principalmente, por propiciar um espaço de discussão entre o setor público e a sociedade como um todo, representada pelos cidadãos presentes, interessados em entender melhor os mecanismos da segurança pública, a aplicação dos recursos públicos e a efetiva execução de políticas de segurança pública. Destacou que o Ministério Público, ao seu turno, por ter como sua atuação primeira no âmbito criminal, sempre esteve conectado com o desenvolvimento de ações no âmbito de segurança pública, justamente por ser destinatário de muitas investigações e promover a ação penal pública; e agora, para incrementar essa atuação, foi criado o GAESP, que pretende discutir a política de segurança pública com outros órgãos do estado, sobretudo com a própria comunidade, justamente para identificar quais as políticas de segurança pública que devem ser desenvolvidas no Estado do Paraná. Ato contínuo, falou sobre a essencialidade de debates dessa natureza, e que nestes, tenhamos a inspiração democrática, que se dá, sobretudo, pelo viés da participação social da população nessas discussões. Sugerindo que essas discussões se deem de modo facilmente compreensível a todo cidadão; reforçando que todos precisam compreender as nomenclaturas e especificidades das áreas do governo que lidam com a segurança pública; enalteceu novamente a iniciativa da Promotoria das Comunidades e também todos àqueles que provocaram que esse debate fosse formulado; também agradeceu ao Governo que acolheu e se faz presente para realizar os esclarecimentos a toda comunidade. Na sequência, a Presidente agradeceu a presença e apresentou aos que não conhecem, o Promotor



de Justiça, Dr. Régis R. V. Sartori; falou do trabalho realizado por ambos, frente à Promotoria das Comunidades de Curitiba, tanto nos atendimentos individuais, como nas demandas de natureza coletiva, a realização de audiências públicas, entre outros, em especial, o atendimento às pessoas que esse encontram em maior vulnerabilidade social, familiar ou econômica. Colocou que o Ministério Público busca incentivar a participação da população no acompanhamento de obras e serviços públicos, de forma a promover o aperfeiçoamento e atendimento das necessidades da população, sendo que para isso, um dos mecanismos utilizados é a promoção de Audiências Públicas. Destacou, resumidamente, que o procedimento teve início a partir da solicitação da Associação de Moradores e Empresários das Mercês e Vista Alegre e CONSEG-Mercês, os quais relataram, por ocasião de uma Audiência Pública realizada na região de Santa Felicidade, em 2017, dificuldades na obtenção de informações e documentos referentes ao Programa, sendo que embora as tenham recebido, o foram insuficientes; ressaltou assim, que o **objetivo geral** da audiência é, em prestígio ao regime democrático, propiciar uma maior participação da sociedade junto aos programas de governo, fundamentada na Lei 12.527-2011 (foi realizada a leitura do artigo 3º por esta Assessora) que garante o acesso à informação e ao princípio da publicidade da Administração Pública; bem como, que o **objetivo específico** são os esclarecimentos a serem prestados pela Administração Pública acerca do Programa Paraná Seguro -BID, e a aplicação dos recursos, bem como no recebimento de sugestões, críticas e contribuições dos participantes sobre o tema. Assim, visando atender a pauta preestabelecida, a Presidente passou a palavra ao Coordenador-Geral do Escritório de Projetos do Programa Paraná Seguro/BID (EPP/PRS-BID), Sr. Jorge, o qual realizou os agradecimentos à Promotora de Justiça Dra. Swami e ao Procurador-Geral de Justiça, Dr. Ivonei, pela acolhida; agradeceu aos demais integrantes da equipe do EPP/PRS-BID; bem como, destacou que só conseguiram desenvolver o trabalho com o apoio dos Secretários da Segurança Pública e Administração Penitenciária, Delegado Júlio Reis e da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, bem como com o apoio dos Diretores Gerais, Cel. Orlando Artur e Leticia Raimundo; Também fez agradecimentos à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, em especial, ao sr. Nestor Bragagnolo, Roberto Tavares Canto e Tobias Prando; Na sequência, passou a explanar, utilizando-se de recurso de mídia, disponibilizado aos participantes, sobre o Programa, ressaltando que a proposta seria responder aos seguintes questionamentos: "Como os recursos foram aplicados?" "Como os recursos estão



sendo aplicados?” “Como os recursos serão aplicados?”. Durante a apresentação, fez um breve histórico acerca do Programa, destacando que os objetivos são “Aumentar a eficácia das polícias paranaenses” e “reduzir a incidência de crime entre jovens de 15 a 24 anos”; apresentou os recursos previstos e prazo de execução, US\$ 112 milhões e 5 anos, respectivamente; apresentou as Secretarias e órgãos envolvidos; destacou a área de abrangência: 27 municípios, onde se concentram 50% da população do Estado e cerca de 80 % das ocorrências policiais; falou ainda das atividades de preparação até a fase de autorização do contrato pelo Governo Federal; apresentou, dentro do componente 1: “Aumentar a eficácia das polícias paranaenses – órgão executor: SESP”, os investimentos a serem realizados com recursos do Paraná, qual seja, US\$38 milhões, para aplicação em “Sistemas de Policiamento Urbano Comunitário (1520 viaturas), bem como, recursos do BID, US\$56 milhões, para Capacitação (5000 policiais militares, 1000 policiais civis e 200 peritos oficiais; com início em agosto de 2018), com recurso de US\$1,9 milhão), Consultoria/Certificação (previsão de início: setembro de 2017 – ao investimento de US\$ 250mil), Sistemas de Informação (previsão de início: agosto de 2018, ao investimento de US\$ 4,4 milhões) e Obras (já contratadas e a contratar: Escola dos Bombeiros, em São José dos Pinhais, contratação em 19 de setembro de 2017, com duração de 360 dias; reforma Alojamento da Academia de Polícia Militar, em São José dos Pinhais, contratação em 18 de setembro de 2017, com duração de 180 dias; Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa, em Curitiba, com duração de 300 dias, autorização para licitação prevista para agosto de 2018, ao custo de R\$ 4.348.932,36; Delegacias Cidadãs em Almirante Tamandaré, Araucária e Colombo, com autorização para licitar em agosto de 2018, ao custo total de aproximadamente R\$14.000.000,00; Batalhão de Polícia de Fronteira – BPFron, em Marechal Cândido Rondon, autorização para novembro de 2018, valor: US\$6,95 milhões; Batalhão de Operações Especiais – BOPE, em São José dos Pinhais, autorização para novembro de 2018, valor: US\$6,08 milhões; 9º Grupamento de Bombeiros, em Foz de Iguaçu, autorização para novembro de 2018, valor: US\$6,85 milhões; Delegacia Cidadã em São José dos Pinhais e Londrina, autorização para novembro de 2018, valor: US\$ 2,03 cada uma; reforma do 13º Batalhão de Polícia Militar, em Curitiba, autorização para 1º semestre de 2019, valor: US\$2,38 milhões; Batalhão de Polícia Escolar Comunitária – BPEC, em Curitiba, autorização para 1º semestre de 2019, valor: US\$ 3,0 milhões; 5º Comando Regional da Polícia Militar, em Cascavel, autorização para primeiro semestre de 2018, valor: US\$ 2,61 milhões, Delegacia Cidadã em Maringá e



Cascavel, autorização para 1º semestre de 2019, valor: US\$ 2,03 milhões cada. Na sequência, o Sr. Jorge passou a palavra à Sra. Leslie, Representante da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social – SEDS no EP-PRS-BID, Coordenadora de Projetos do Componente 2: “Prevenção, Reabilitação e Reinserção Social de Jovens com alta incidência de riscos associados à Violência e/ou em conflito com a lei”. A aludida senhora explanou sobre as ações vinculadas à referida Secretaria, bem como à Secretaria da Justiça -SEJU, indicando que dos US\$ 16,7 milhões destinados ao componente 2, US\$ 6,7 milhões são referentes ao aporte Governo do Paraná e US\$ 10 milhões são recursos do BID, destinados à contratação de obra (construção do CENSE no município de Toledo), financiar ações desenvolvidas em 15 Centros da Juventude (aquisição de veículos tipo Van, bolsa para monitores jovens, consultoria para implementação de metodologia com diagnóstico, implementação e avaliação da mesma) Sistema de Gestão, Apoio ao programa AFAI (atenção às famílias dos adolescentes internados – repasse de recursos aos municípios conveniados) e Capacitação; fez, ainda, uma breve explicação, sobre o que são os Centros da Juventude e o AFAI, modalidade do Programa Paranaense. O Sr. Jorge, retomando a palavra, informou que sem a participação da Secretaria da Família o contrato não teria sido aprovado pelo BID. Assim, dando continuidade, a Presidente agradeceu pela objetividade na apresentação, e procurando respeitar a pauta preestabelecida, a Presidente explicou como seriam realizadas as manifestações verbais, conforme lista de pessoas inscritas. A palavra foi passada ao primeiro manifestante, Sr. Antônio Carlos Carvalho, o qual pediu para registrar seu descontentamento, enquanto cidadão, em relação aos representantes das Secretarias, por não terem obtido as informações apresentadas nesta ocasião, há um ano, quando fizeram a solicitação junto ao respectivo EP-PRS-BID. Entretanto, que, com a realização da Audiência, outras pessoas também puderam ter acesso; Ressaltou que os CONSEG's têm interesse em participar e precisam de abertura do Estado; Colocou os seguintes pontos: 1. não há disponível “em lugar nenhum”, um parâmetro atual da segurança pública no Estado, pois “fala-se muito em reduzir a criminalidade”, mas não há uma medição inicial para saber se o investimento teve resultado; 2. Como observação técnica, entende que a construção da Escola de Bombeiros, conforme as fotos apresentadas no recurso multimídia, não termina no prazo de um ano, conforme divulgado; 3. Os endereços das obras maiores precisam se tornar público, pois precisam fiscalizar a execução das obras; o CONSEG quer fazer parte da solução; fala-se muito em aumentar a eficácia policial, mas o investimento nessa força,



aumento do efetivo, não foi mencionado; solicitou um cronograma atual da execução das obras, pois o que está disponibilizado no endereço do BID é de 2013, solicitou uma atualização; colocou, ainda, que não viu nas apresentações o desenvolvimento do programa PROERD e BPEC. A Presidente então passou a palavra ao próximo manifestante, Sr. Claudio Marques, Delegado de Polícia, o qual se apresentou como e Presidente da SIDEPOL; destacou que não existe segurança pública sem policiais; falou também da importância da transparência nos órgãos públicos. Na sequência, o Sr. Fábio Rossi Barddal Drummond, Presidente da SINCLAPOL, falou que os representantes da polícia civil do Paraná entendem que Delegacia Cidadã é Delegacia sem preso, pois estas delegacias se encontram em áreas urbanas e densamente habitadas; que já foram construídas duas dessas Delegacias, uma em Fazenda Rio Grande e outra em Matinhos e que essas Delegacias já estão "explodindo" de presos; que nessas Delegacias existem parlatórios para os advogados conversarem com os presos, e que já estão habitados por presos; que o Governo antes de fazer propaganda da construção de "belas" delegacias, deve retirar os presos das comunidades; citou como exemplo dos riscos às comunidades, a rebelião que ocorreu há poucos dias em Santo Antônio da Platina. A Presidente chamou pelo próximo manifestante, Sr. Evandro dos Santos Baroto, Direto Jurídico da Sinclapol, que não estava mais presente. Assim, foi chamada a Sra. Margareth de Andrade Nascimento, Presidente do CONSEG Jardim das Américas, a qual agradeceu pela oportunidade de participar dessa audiência Pública, em face do tema tratado, bem como criticou a informação de redução de 12% do número dos homicídios, divulgada pelo representante do EP-PRS-BID, Sr. Jorge, pois não se pode dizer que esse número é real, pois os CONSEGS não têm acesso às informações detalhadas para repassar à comunidade e até para comemorar esse êxito "tão divulgado dos 12%"; chamou atenção para o descumprimento da Lei de acesso à Informação pelo próprio poder público; que entende que existe um paradoxo quando se fala na compra de viaturas, treinamento, se o policial expõe sua vida por falta de coletes balísticos ou pelo uso de coletes vencidos; falou também do "rancho", alegando que os policiais não se alimentam adequadamente; anseia que outras medidas que são necessárias sejam aplicadas, assim como a manutenção das viaturas já existentes. A Presidente passou, em seguida, a palavra ao Sr. Geraldo Mocelin, membro do Conseg Jd. das Américas, que parabenizou pela Audiência Pública e destacou a importância para que o recurso de 112 milhões de dólares sejam bem utilizados para incrementar a



segurança pública e tragam o retorno que a sociedade tanto precisa; também chamou a atenção para a Lei de Orçamento Anual -LOA, informando que o Estado do PR já tem aprovado na LOA uma verba de 3 795.000,00 (três bilhões, setecentos e noventa e cinco milhões de reais) para segurança Pública do Paraná em 2018, e o empréstimo do BID vem para acrescentar; Fez um pedido, que tenham acesso ao acompanhamento desse investimento. A Presidente passou a palavra ao Sr. Célio Tibis Cordeiro, que sugeriu que seja criada uma comissão de acompanhamento para cada obra; reclamou que as obras são realizadas em período eleitoral; falou ainda que a lei penal deve mudar porque “favorece a bandidagem, hoje prende amanhã tá solto, principalmente de colarinho branco”. A Presidente, antes de passar ao próximo manifestante, agradeceu a presença do Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Sr. Sérgio Renato B. Balaguer, mais conhecido como Serginho do Posto. Ato contínuo, passou a palavra ao Sr. Luiz Arnaldo Lagos, representante do CONSEG Capão da Imbuia, que, após apresentar os integrantes do Conselho, agradeceu ao Ministério Público pela realização da Audiência, bem como ao Sr. Antônio, pela sua doação à causa comunitária e cidadã; solicitou aos representantes do Governo que não os vejam como críticos do Estado, mas como parceiros; citou ainda que “não há espaço para arrogância aos que estão no pedestal da Administração em relação aos administrados”; pede o apoio do MP para que o Estado possa efetivar aquilo que a sociedade realmente deseja; citou Altamira do Paraná, indicando falhas da Administração pública e a permissão para que a sociedade seja refém da “bandidagem”; pede transparência e efetivação da vontade da sociedade no Estado. A Presidente então passou a palavra ao Sr. Edson, representante do CONSEG Bom Retiro, que ratificou as palavras dos Conselheiros anteriores, dando destaque para a necessidade de dar condições adequadas ao trabalho dos policiais, em especial, equipamento bélico (arma/colete balístico). Na sequência, falou a Sra. Ana Maria Nachornik, voluntária da Defesa Civil, que falou da extensão territorial do Estado, bem como, apresentou como sugestão para “fortificar o Estado”, triplicar o efetivo da polícia militar; policiais equipados e bem pagos, pois muitos deles precisam fazer “bico” para sobreviver e “vão trabalhar cansados”; falou da necessidade de equipamentos, viaturas, motos potentes, para o deslocamento facilitado e aeronaves, helicópteros, bem como leis que beneficiem e protejam os policiais, pois não são “direitos humanos, mas direitos desumanos para os policiais militares e civis”; argumentou que a prevenção deveria ser feita com a gestão dos militares. Em seguida, falou a Sra. Regiane Soldani, da SIGMUC, que, após questionada pela



Presidente, explicou que SIGMUC é o Sindicato da Guarda Municipal de Curitiba; fez 2 apontamentos: a) que na contramão de um sistema único de segurança, não viu nenhum projeto para fortalecimento das ações com a Guarda Municipal, apesar das guardas já terem ações integradas com a polícia militar na capital; b) que teve dificuldade para entender a moeda aplicada ao Programa Paraná Seguro-BID, que, durante a apresentação dos representantes, ora se falou em dólar, ora se falou em reais; O Sr. Sérgio dos Santos, Presidente do CONSEG CIC, falou de uma área ocupada (sem indicar qual), que encontra-se organizada por todos os que estão lá residindo, mas que teme alguma mudança na questão da segurança, pois há ausência do Estado no local; reivindicou que o Governo "faça parceria com as lideranças do local". Dando seguimento, a Presidente passou a palavra ao Sr. Ezequiel Camargo Ventura, que se apresentou como servidor da Policial Civil, argumentando que iniciou em 2008 uma demanda, acerca das péssimas condições de trabalho da polícia investigativa, bem como ao número reduzido de policiais para atender toda população de Curitiba; mencionou ainda uma moção de repúdio do "retrocesso do processo eleitoral do SINCLAPOL". O Sr. Fabiano Marcon, representante do CONSEG Mercês, falou da solicitação realizada há 14 meses, ao próprio Coordenador-Geral do Programa, Jorge Ricardo, ressaltando que não foram atendidos, alegando que poderia ter sido evitado um "desperdício na forma administrativa"; acerca da provocação do MP e realização da presente audiência se um e-mail com a apresentação tivesse sido encaminhado aos solicitantes; Questionou "como vocês, cérebro desse projeto, conseguem demorar 14 meses para gente ajudá-los a botar em prática o que vocês pensaram?" "Porque essa demora com a comunidade?" "Como podem ter celeridade nas próximas solicitações?". Em seguida, o Sr. Paulo Roberto G. Santos, questionou "porquê os CONSEG's não têm voz?"; "Porquê não podem estar envolvidos na participação das ideias, projetos?" "e a necessidade dos nossos bairros?"; ressaltou que não ouviu falar nada sobre os presídios e apresentou alguns dados: 40 mil mandados de prisão sem cumprir; 21 mil presos; 8 a 10 mil presos nas Delegacias, situação que exige que o policial civil fique cuidando de preso; falou da situação prisional do Estado que conta com 80/90 mil presos, sendo que a capacidade máxima é de 19 mil; Questionou se não seria o caso do Estado pensar em parcerias público-privadas para esta situação; citou que há uma verba, oriunda de multas, que deve ser investida em segurança pública, segundo um decreto existente. Assim, finalizadas as manifestações inscritas, a Presidente agradeceu a presença dos Vereadores que se



encontravam na audiência, do Procurador do Estado, Dr. Vinícius Klein, ainda, a presença do representante do Dep. Rubens Récalcati, bem como, a presença da Delegada, Dra. Livia e o representante do observatório dos Conselhos da UFPR; passou a palavra ao Sr. Jorge, para os esclarecimentos solicitados, o qual parabenizou novamente aos CONSEG'S, ressaltando serem instituições extremamente importantes, que fazem o vínculo entre a comunidade e a Secretaria. Ressaltou que na estrutura da SESP há o CECONSEG, Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança, que está sempre de portas abertas para receber os representantes dos CONSEG's. A Presidente destacou que o atual Coordenador foi convidado, e fez muita falta na ocasião, porém que o mesmo justificou a ausência por compromisso anteriormente agendado. O Sr. Jorge insistiu na demanda discutida na data de hoje, qual seja, do Programa Paraná Seguro-BID e que outras demandas, citando as relacionadas aos CONSEG's, devem ser tratadas no "foro adequado"; e, iniciando seus esclarecimentos, falou das questões apontadas pelo Sr. Antônio, afirmando que há um ano "não tinham as informações" que foram apresentadas, e que, as informações que tinham há um ano, foram repassadas; que no período de um ano para cá muitas coisas foram feitas; sobre os indicadores de segurança pública, afirmou que há no site da SESP, "no botão CAPE – Coordenação de Análise Planejamento Estratégico", os referidos indicadores; quanto à disponibilização dos endereços das obras, não foram inseridos na apresentação em razão do curto tempo de exposição, mas que serão disponibilizados os já existentes; acerca do efetivo de policiais, afirmou que nos 7 anos de Administração do Governo Beto Richa, e agora Beto Richa e Cida Borghetti, foram contratados 11 mil policiais; palavras de ordem foram manifestadas pelos participantes "este número não é verdadeiro" "não se falam das aposentadorias", entre outras que não foram possíveis de identificar. A Presidente solicitou que os manifestantes respeitassem o objetivo e o foco da audiência. O Sr. Jorge insistiu na informação apresentada "nesses anos foram contratados 11 mil policiais", "este número é verdadeiro, é correto", continuou afirmando que "significa que foram contratados mais de 4 policiais por dia", questionou "Que Governo contratou mais de 4 policiais por dia?". A Presidente também solicitou que fosse observado o foco das respostas. O Sr. Jorge afirmou que estava respondendo aos comentários realizados por mais de um participante. Dando continuidade, o Sr. Jorge falou que em relação ao PROERD e BPEC, citados pelo Sr. Antônio, uma das obras contempla o BPEC. A Presidente retomou a palavra, e questionou ao Sr. Jorge acerca da possibilidade de inclusão dos

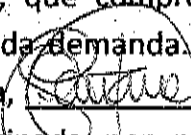



dados solicitados (citados pelo Sr. Antônio), no endereço eletrônico do Programa Paraná Seguro-BID, como o cronograma, endereço das obras, outras informações relevantes, para que a comunidade possa acompanhar. Alguns participantes reclamaram ao Coordenador do Projeto, novamente, quanto a ausência de divulgação das informações anteriormente à Audiência. A Presidente esclareceu que, de fato, verificou que alguns documentos solicitados pelo grupo não existiam na época da solicitação feita diretamente por aqueles à Secretaria, porém, destacou a necessidade de que o andamento do programa deva ser revestido de maior transparência. O Sr. Jorge concordou que a transparência é importante em todos os órgãos; falou sobre a manifestação do Sr. Fábio, acerca do desafio do número de presos nas delegacias; O Sr. Jorge falou que entende que asarceragens das delegacias cidadãos devam ser apenas para presos em trânsito; Informou que há um outro projeto na SESP que prevê a construção de 14 Unidades prisionais, com mais 8 mil vagas, que também não serão suficientes; respondendo à Sra. Margareth, informou que estão sendo adquiridos coletes balísticos; que relativamente ao "rancho", não há para os policiais que estão circulando, apenas para os que ficam dentro do quartel e quanto à manutenção das viaturas falou que foram mais de 3 mil viaturas adquiridas, e que realmente elas vão precisar de manutenção. Ao Sr. Geraldo, respondeu que não teria as informações no momento das verbas previstas na LOA, mas que os valores previstos englobam verbas de custeio, pagamento de folha salarial, combustível de viaturas, manutenção, e não só de investimento e agradeceu novamente os recursos ao então Governador Beto Richa e a atual Governadora Cida Borghetti; ressaltou que se as informações constantes no endereço eletrônico da SESP não forem adequadas, para que as pessoas provoquem a Secretaria para obtê-las. Sobre a manifestação do Sr. Célio, quanto à fiscalização do Projeto, o Sr. Jorge esclareceu que essa função foi delegada ao TCE, mas que contam com o apoio de outros órgãos, MP, Controladoria Geral. A Presidente esclareceu que, em razão da origem das verbas, a atribuição para eventual fiscalização, é do Ministério Público Federal. O Sr. Jorge, retomando, falou ao Sr. Luiz Arnaldo que a relação CONSEG e SESP deve ser realizada por meio do CECONSEG. Ao Sr. Edson, informou que referente ao Programa Paraná Seguro-BID, este não prevê a aquisição de armamento, mas que com recursos do Estado já foram adquiridas armas, idênticas às utilizadas pela Polícia Federal, aos Grupos de Operação Especial. À Prof. Ana Maria, parabenizou pelo trabalho voluntário e respondendo, falou novamente das contratações para aumento do efetivo, aumento da frota de viaturas e compra



de aeronave, que já foram realizadas; agradeceu a fala da Professora sobre os direitos humanos dos policiais. Quanto ao questionamento da Sra. Regiane, falou que não há ação específica junto à Guarda Municipal dentro do Programa, mas que na Secretaria existem ações integradas, que já são realizadas; quanto à moeda utilizada para apresentação do Programa, no início da Audiência, ressaltou que o contrato foi assinado em dólares, por isso os dados são em dólar, mas que as licitações são feitas em moeda nacional, o real, e que o planejamento apresentado ao BID também deve ser em dólar; quanto à manifestação do Sr. Sérgio, das ocupações irregulares, que é uma situação importante, indicou que sua questão envolve tanto o poder público estadual quanto o municipal, mas que não é este o foro para tratá-las. A Presidente retomou a palavra para homenagear a presença dos representantes do Clube de Mães e Amigos do Xapinhal, bem como a presença de moradores que vieram de regiões longínquas da cidade. Dando continuidade, e respondendo ao Sr. Ezequiel e ao Sr. Barddal, também sobre os presos em Delegacias, e da Central de Flagrantes, falou que a equipe da SESP está trabalhando com isso, mas que as verbas federais, que são carimbadas para o Estado do Paraná, ficaram retidas junto à União, pelo grupo político anterior. Ao Sr. Fabiano, respondeu que reiterava, respeitosamente, as informações já repassadas ao Sr. Antônio Carlos; que respeita a posição diferente dos manifestantes, mas que esperava que estes respeitassem a posição, tanto dele, quanto da SESP; Ao Sr. Paulo, agradeceu os comentários sobre a valorização dos policiais, aproveitando para fazer uma homenagem especial e neste momento, na pessoa do Sr. Barddal, aos policiais civis, que fazem um excelente trabalho, mesmo mantendo presos em Delegacias. Ressaltou que todos os números de indicadores têm melhorado muito em relação aos números de 2016, mesmo com a quantidade de presos nas Delegacias. Sobre os comentários do Sr. Paulo sobre o uso de tornozeleiras, indicou que todo dia, de 1 a 2 presos são identificados cometendo novos crimes e são presos novamente, para o regime fechado, destacou “o ideal era que se fizesse zero prisões”, e que nenhum preso com tornozeleiras voltasse a delinquir; sobre “dar voz aos CONSEG’s”, entende que esta não é a ocasião para o tema, mas que o canal adequado para os CONSEG’S participarem é por meio da CECONSEG. A Presidente falou sobre possibilidade da Promotoria de Justiça das Comunidades incrementar o relacionamento entre o Coordenador do CECONSEG e os CONSEGS, o que foi apoiado pelo Sr. Jorge. Os participantes aplaudiram a sugestão da Promotora de Justiça. O Sr. Jorge, após questionado, falou que quanto às PPP’s, as propostas apresentadas ao Paraná foram



muito caras; que estão tratando com outras frentes, em especial, uma modalidade de cogestão de presídios. Finalizadas as respostas às manifestações, a Presidente retomando, considerou a Audiência Pública plenamente exitosa, agradeceu novamente aos presentes. Agradeceu à equipe do EP-PPS-BID por toda explanação e esclarecimentos realizados. Lembrou que esta Audiência certamente não encerra o tema, tanto da segurança, quanto da solução dos problemas da criminalidade, mas em atenção ao foco da audiência, deu a mesma por encerrada, inclusive com o encerramento do procedimento instaurado. Colocou-se à disposição, informando o endereço da Promotoria das Comunidades e destacou que os membros da equipe do EP-PPS-BID saíam mais enriquecidos e atentos com as pertinentes observações que foram realizadas nesta ocasião. Por fim, questionou ao Coordenador, Sr. Jorge, se o mesmo poderia determinar o incremento das informações acerca do Programa Paraná Seguro-BID, de forma a mantê-la sempre atualizada no endereço eletrônico do Programa, para facilitar a consulta e o acompanhamento da execução do mesmo pelos cidadãos interessados, tendo sido respondido afirmativamente pelo Coordenador Geral Sr. Jorge Ricardo Souza de Oliveira, que comprometeu-se a determinar as medidas necessárias para o atendimento da demanda. A audiência encerrou-se às 22h20min. Eu, Vanessa Milene de Santana,  Assessora de Promotor lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.


SWAMI MOUGENOT BONFIM
Promotora de Justiça


Jorge Ricardo Souza de Oliveira
Coordenador Geral EPPPS|BID


Leslie Terezinha Canestraro Skroch
Coordenadora de Projetos do Componente 2